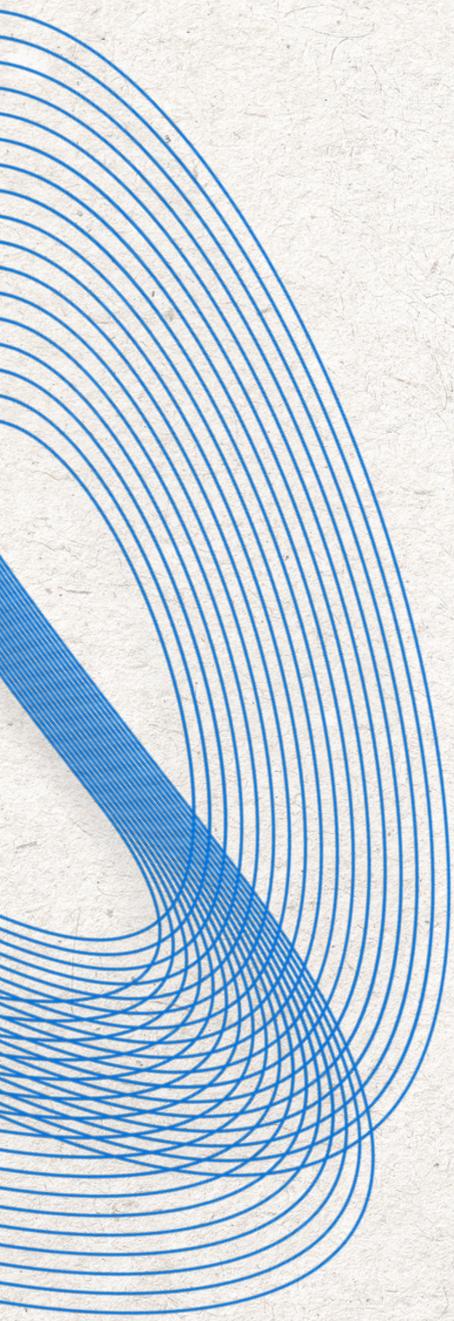




Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Pacajá





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA

Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA

Coordenação Técnica

Coordenadoria de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA

Revisão Técnica

Centro Educacional de Tecnologia Social da Amazônia – AMAZON CETEC

Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Pacajá x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Pacajá x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Pacajá x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Pacajá x RI Xingu x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Pacajá (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



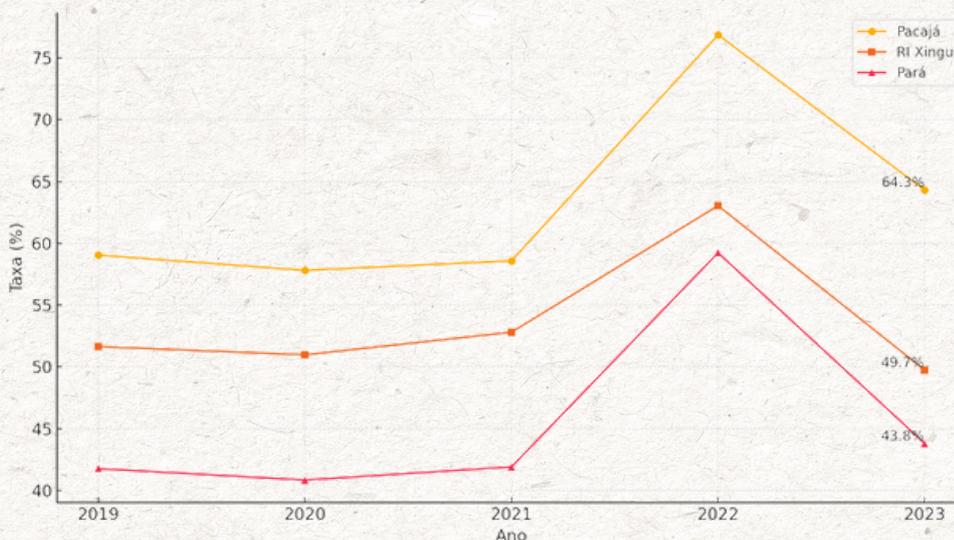
Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Pacajá manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando levemente entre 59,3% e 58,7%. Contudo, em 2022, observa-se um aumento expressivo, atingindo 77,2%, o maior valor do período, indicando forte impacto de fatores conjunturais adversos, possivelmente relacionados a efeitos pós-pandemia. Em 2023, há uma queda para 64,3%, mas ainda assim o valor permanece superior aos níveis pré-2022, sugerindo recuperação parcial (Gráfico 1).

Na Região de Integração do Xingu, a trajetória foi semelhante, porém menos acentuada. A taxa partiu de 51,5% em 2019, decaiu levemente até 2020 (50,9%) e voltou a crescer em 2021 (52,7%). O pico ocorreu em 2022, com 63,3%, seguido por recuo em 2023 para 49,7%, abaixo do patamar de 2019, indicando melhor capacidade de reação frente aos choques econômicos regionais (Gráfico 1).



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

No estado do Pará, a taxa de pobreza iniciou em 42,0% em 2019, caiu discretamente até 2020 (40,7%) e começou a subir a partir de 2021, alcançando 59,4% em 2022. Em 2023, a taxa cai para 43,8%, próximo ao nível inicial. Esse padrão sugere que, em termos agregados, o estado conseguiu restabelecer o padrão de pobreza anterior ao choque, embora o impacto em 2022 tenha sido significativo (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Pacajá iniciou 2019 com alto comprometimento orçamentário em serviços essenciais (73,0%), mas apresentou uma queda expressiva em 2020 (66,3%). A partir daí, o indicador retomou crescimento, alcançando 71,8% em 2021 e 72,4% em 2022. Em 2023, observa-se leve retração para 71,0%, ainda assim acima da média estadual, refletindo uma tendência de priorização crescente dos serviços essenciais, mesmo diante de oscilações econômicas (Gráfico 2).

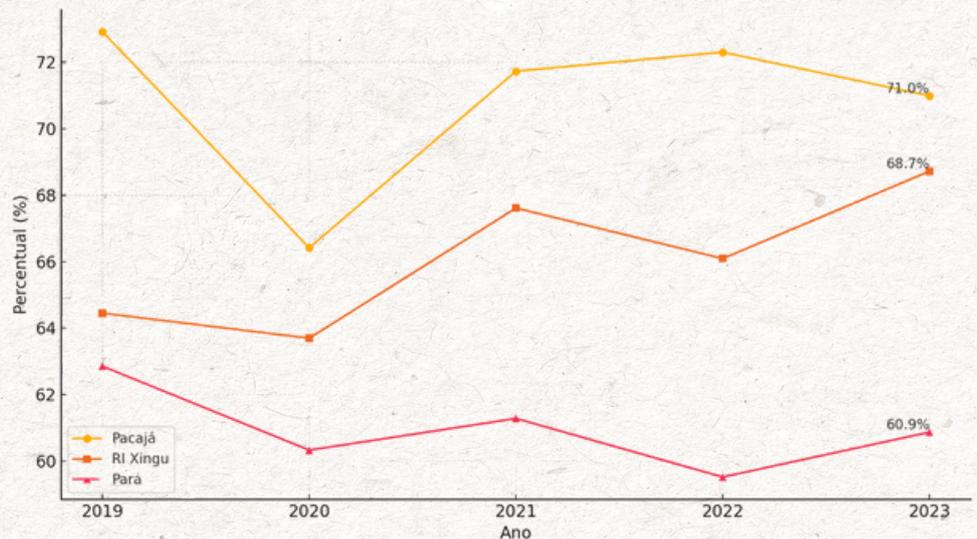
Na RI Xingu, o percentual era de 64,6% em 2019 e decresceu ligeiramente até 2020 (63,8%). Em seguida, houve avanço contínuo até 2021 (67,6%), oscilação em 2022 (66,0%) e nova elevação em 2023, atingindo 68,7%. O padrão revela um esforço mais progressivo de elevação nos gastos essenciais, com tendência consistente de reforço nos últimos anos (Gráfico 2).

Já o estado do Pará apresentou menor variação relativa. O percentual de despesas com serviços essenciais

foi de 62,7% em 2019, com queda em 2020 (60,3%), recuperação leve em 2021 (61,4%) e nova redução em 2022 (59,4%). Em 2023, sobe para 60,9%, sinalizando estabilidade com leve crescimento. A manutenção dessa faixa percentual revela uma política pública mais uniforme, porém com menor intensidade de resposta em relação aos níveis subnacionais analisados (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Pacajá, a prevalência de baixo peso ao nascer começou em 5,9% em 2019, com queda em 2020 para 5,3%, sinalizando um momento positivo. Contudo, em 2021 houve um salto significativo para 8,5%, o que pode indicar deterioração nas condições de saúde materno-infantil ou impactos de vulnerabilidades sociais acentuadas naquele ano. Após esse pico, houve recuo nos anos seguintes: 7,6% em 2022 e 7,0% em 2023, ainda acima dos níveis pré-2021 (Gráfico 3).

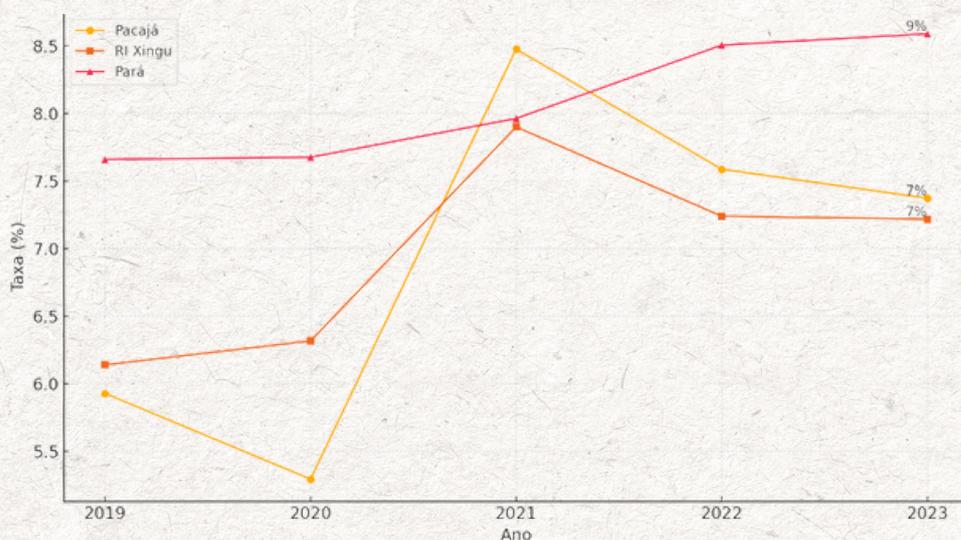
Na Região de Integração do Xingu, a taxa apresentou trajetória mais estável. Partiu de 6,2% em 2019, com crescimento até 2021 (7,9%) e declínio posterior, atingindo

7,3% em 2022 e 7,0% em 2023. Essa evolução sugere um pico intermediário, mas com tendência de estabilização nos dois últimos anos, convergindo com os resultados de Pacajá (Gráfico 3).

Já o estado do Pará apresentou um comportamento mais linear e crescente. A taxa partiu de 7,6% em 2019, mantendo-se constante em 2020, subindo para 8,0% em 2021, e atingindo 9,0% em 2023. O dado indica aumento contínuo na proporção de nascimentos com baixo peso, sugerindo fragilidade persistente no acompanhamento pré-natal e nas condições de vida das gestantes em nível estadual (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

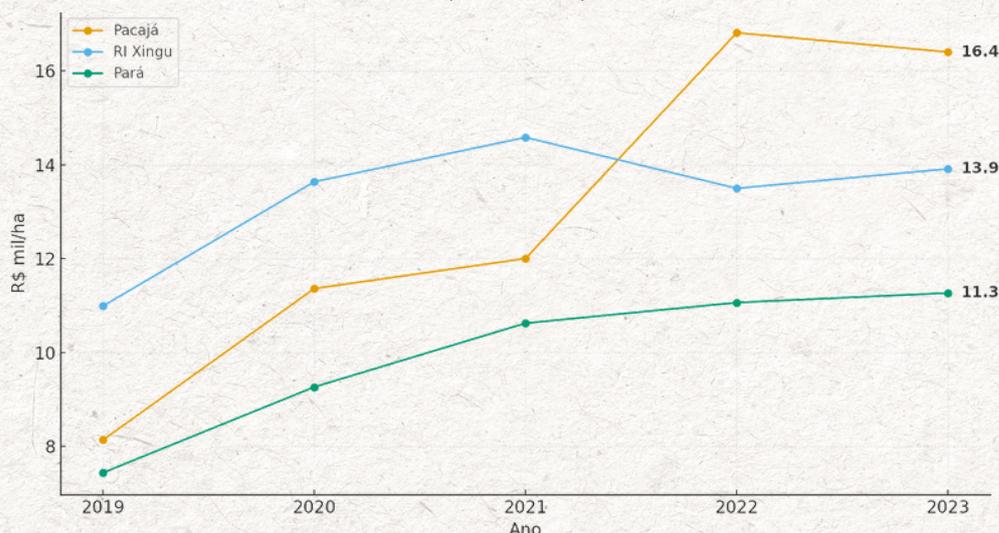
Entre 2019 e 2023, o município de Pacajá registrou expressivo avanço na produtividade agrícola. Em 2019, o valor era de R\$ 8,1 mil/hectare, subindo para R\$ 11,4 mil/ha em 2020 e atingindo R\$ 12,0 mil/ha em 2021. O maior crescimento ocorreu em 2022, quando o indicador chegou a R\$ 16,8 mil/ha, refletindo ganhos técnicos e boas condições de produção. Em 2023, houve pequena redução para R\$ 16,4 mil/ha, mantendo-se, porém, entre os patamares mais altos da série. O compor-

tamento revela notável evolução estrutural do setor agrícola local, com consolidação de práticas mais eficientes e produtivas (Gráfico 4).

Na Região de Integração Xingu, a produtividade iniciou em R\$ 11,0 mil/hectare em 2019, crescendo até R\$ 14,6 mil/ha em 2021 e encerrando 2023 em R\$ 13,9 mil/ha. Já o estado do Pará manteve trajetória estável de crescimento, partindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e chegando a R\$ 11,3 mil/ha em 2023. A comparação mostra

que Pacajá superou amplamente as médias regional e estadual, consolidando-se como um dos polos agrícolas mais dinâmicos da região. O desempenho reflete aumento da eficiência técnica e melhor aproveitamento das áreas cultivadas, reforçando a competitividade do município (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

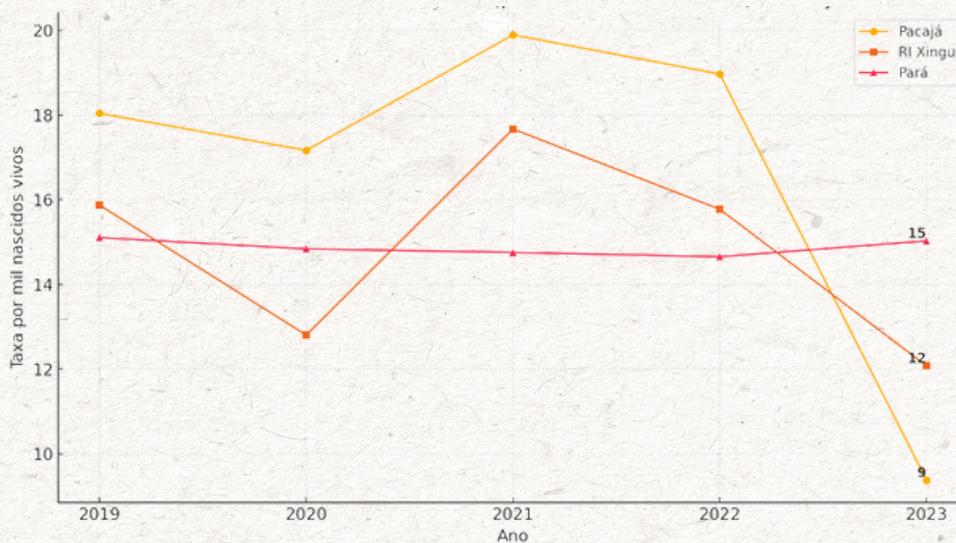
Em Pacajá, a taxa de mortalidade infantil mostrou um comportamento inicialmente elevado, iniciando em 18,1 óbitos por mil nascidos vivos em 2019. Houve uma leve queda em 2020 (17,2), mas em 2021 o índice voltou a subir de forma acentuada, alcançando o pico de 19,9. A partir de 2022, observa-se uma queda expressiva: de 18,9 para 9,0 em 2023. Essa redução significativa sugere avanços importantes nas condições de saúde infantil e atenção básica no município, especialmente nos dois últimos anos (Gráfico 5).

Na RI Xingu, a taxa começou em 15,8 em 2019 e sofreu uma forte redução em 2020 (12,8), mas voltou a crescer em 2021, atingindo 17,7. Em 2022, houve novo recuo (15,8), seguido por uma queda mais acentuada em 2023, com a taxa chegando a 12,0. Esse padrão indica certa instabilidade nos primeiros anos da série, mas com uma trajetória de melhoria consistente a partir de 2021, ainda que os níveis permaneçam acima do ideal (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Para o estado do Pará, a taxa foi a mais estável entre os três recortes. Partiu de 15,2 em 2019 e manteve-se praticamente constante até 2022, sempre em torno de 14,7 a 15,1. Em 2023, houve leve aumento para 15,0. Essa estabilidade pode ser interpretada como sinal de consolidação das políticas públicas de atenção materno-infantil, embora sem grandes avanços nos últimos anos (Gráfico 5).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

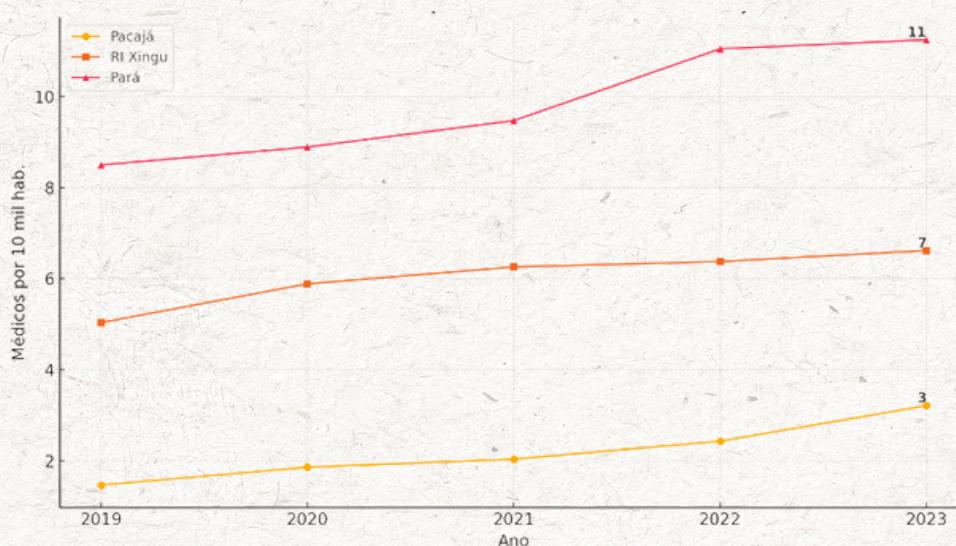
Em Pacajá, o número de médicos por 10 mil habitantes partiu de um patamar bastante reduzido: 1,5 em 2019. Ao longo dos anos seguintes, o indicador apresentou crescimento contínuo, atingindo 1,8 em 2020, 2,1 em 2021, 2,5 em 2022 e, finalmente, 3,0 em 2023. Apesar do aumento, o número ainda é bastante inferior aos patamares regionais e estaduais, revelando desafios persistentes no acesso à assistência médica no município (Gráfico 6).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador também cresceu de forma progressiva: de 5,0 em 2019 para 5,9 em 2020, mantendo leve crescimento nos anos seguintes até alcançar 7,0 em 2023. Esse avanço revela esforço regional na ampliação da força de trabalho médica, possivelmente associado a investimentos na atenção básica e programas de fixação de profissionais de saúde (Gráfico 6).



No estado do Pará, a evolução foi igualmente positiva. O número de médicos subiu de 8,5 em 2019 para 11,0 em 2023, com crescimento mais expressivo entre 2021 e 2022. Esse aumento reflete políticas públicas estaduais para expansão do atendimento médico, sobretudo em regiões mais urbanizadas, consolidando o Pará acima da média nacional de acesso em algumas áreas metropolitanas, embora ainda haja desigualdades significativas no interior (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Pacajá, o número de vagas no ensino público apresentou leve retração entre 2019 e 2020 (de 214 para 210 por mil habitantes), mas passou a crescer a partir de 2021, com forte expansão em 2022, atingindo 263 vagas por mil habitantes – um aumento expressivo e pontual. No entanto, em 2023 houve queda para 245 vagas, sinalizando possível ajuste de oferta educacional após o pico anterior. Ainda assim, o número se manteve acima dos níveis de 2019, sugerindo ganho acumulado na capacidade de atendimento da rede (Gráfico 7).

Na RI Xingu, o indicador apresentou maior estabilidade. O número de vagas iniciou em 267 por mil habitantes em 2019 e oscilou positivamente

até atingir 270 em 2021, mantendo-se em nível elevado até 2022. Em 2023, houve um recuo mais acentuado para 246 vagas, aproximando-se dos patamares do município de Pacajá. A trajetória indica consistência na oferta educacional regional, com queda recente que pode estar associada a ajustes demográficos ou orçamentários (Gráfico 7).

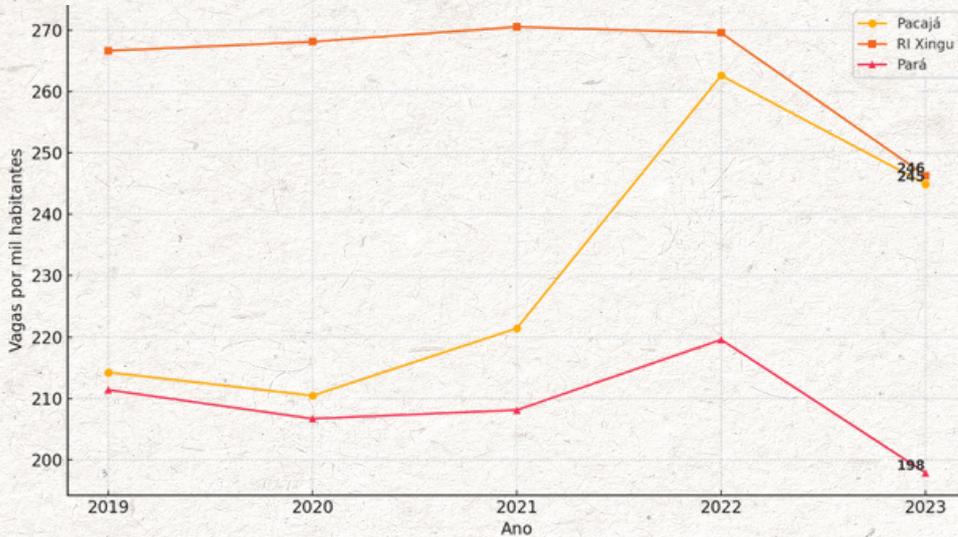
O estado do Pará, por sua vez, manteve os menores valores ao longo do período. Em 2019, eram 211 vagas por mil habitantes, com leve queda até 2020 (207), crescimento até 2022 (219), e nova queda para 198 em 2023. Esse último valor representa o menor nível da série, o que pode indicar pressões estruturais ou redução de investimentos na ampliação



de vagas no sistema estadual de ensino. O cenário sinaliza desafio para garantir cobertura educacional adequada (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 245 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Pacajá partiu de um patamar relativamente elevado de conectividade em 2019, com 54,3% das escolas com acesso à internet. Houve leve queda em 2020 e 2021 (53,0%), mas o percentual voltou a crescer em 2022 (56,5%), encerrando 2023 com um leve recuo para 55,7%. Embora tenha mantido a liderança em boa parte da série, Pacajá acabou sendo superado por RI Xingu e pelo estado em 2023, o que aponta para a necessidade de renovação ou expansão das estratégias locais de

inclusão digital (Gráfico 8).

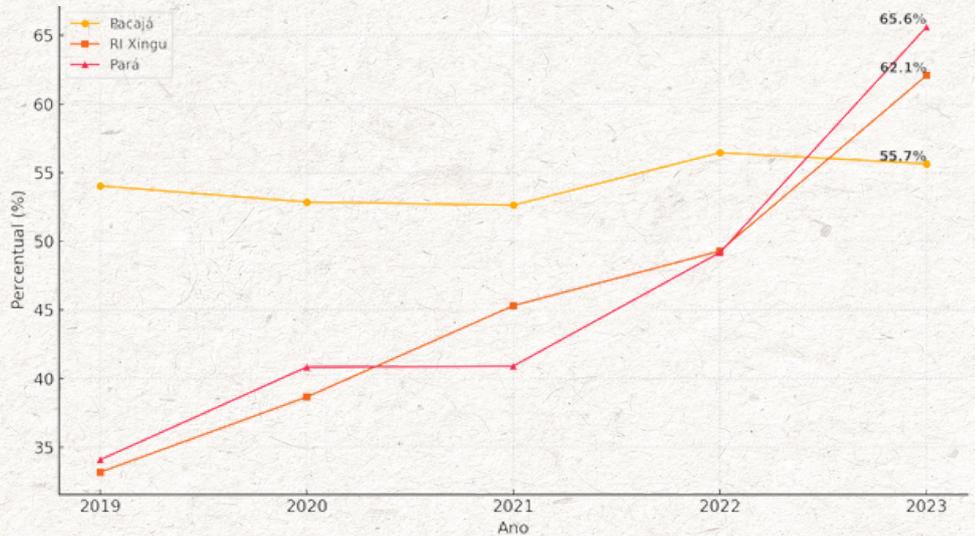
Na RI Xingu, o percentual de escolas conectadas cresceu de forma progressiva e robusta. Partiu de apenas 33,0% em 2019, subiu para 38,6% em 2020, e manteve crescimento constante até atingir 62,1% em 2023. A expansão expressiva no período demonstra esforço regional em modernizar a infraestrutura escolar e promover maior equidade no acesso às tecnologias educacionais (Gráfico 8).

No estado do Pará, a tendên-

cia foi similar à da RI Xingu, mas com valores intermediários. O percentual subiu de 34,2% em 2019 para 41,0% até 2021, com avanço mais acentuado a partir de 2022, quando atingiu 49,3%, e encerrando em 2023 com 65,6%, o maior valor da série. Esse crescimento contínuo e consistente revela o impacto positivo de políticas públicas voltadas à inclusão digital, especialmente após os desafios impostos pela pandemia (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



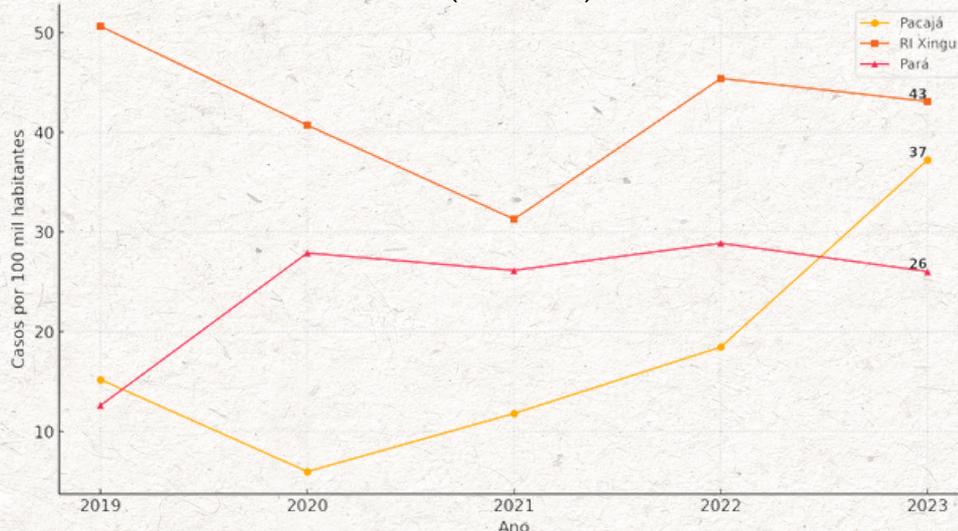
Em Pacajá, o número de casos de violência contra a mulher cometida por parceiros iniciou em 15,1 em 2019 e caiu para 5,9 em 2020, atingindo seu ponto mais baixo. No entanto, houve aumento progressivo nos anos seguintes: 12,0 em 2021, 18,6 em 2022 e um salto significativo em 2023, atingindo 37,0 casos por 100 mil habitantes. Esse crescimento acentuado no fim da série pode indicar maior notificação dos casos, agravamento da violência doméstica ou ainda fragilidade das políticas de proteção à mulher no município (Gráfico 9).



Na Região de Integração do Xingu, os valores são mais elevados ao longo do período. A série começa com 50,4 em 2019, seguido por reduções sucessivas até 2021 (31,3), o que sinaliza possível efeito de políticas de contenção ou subnotificação. Em 2022, porém, há um forte aumento para 45,4, e leve queda em 2023 (43,0). O comportamento sugere um cenário instável, em que os avanços não se consolidam, evidenciando a persistência do problema na região (Gráfico 9).

No estado do Pará, os números são mais moderados e relativamente estáveis, embora com oscilações. Em 2019, a taxa era de 12,9, subindo fortemente para 28,1 em 2020 e mantendo-se entre 26,0 e 28,9 nos anos seguintes, com ligeira queda em 2023 (26,0). A elevação brusca entre 2019 e 2020 pode estar relacionada a maior conscientização e denúncia dos casos, enquanto a estabilização posterior aponta para manutenção do problema em patamar elevado (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Pacajá, a participação feminina em cargos gerenciais começou em 38,4% em 2019, mas caiu acentuadamente em 2020, atingindo apenas 30,0%. A partir de 2021, houve crescimento gradual, chegando a 31,4% em 2021, 32,0% em 2022 e um salto mais expressivo em 2023, atingindo 38,3%, quase retornando ao patamar de 2019. Esse comportamento revela desafios de equidade de gênero nos cargos de liderança locais, mas também uma recuperação recente promissora (Gráfico 10).



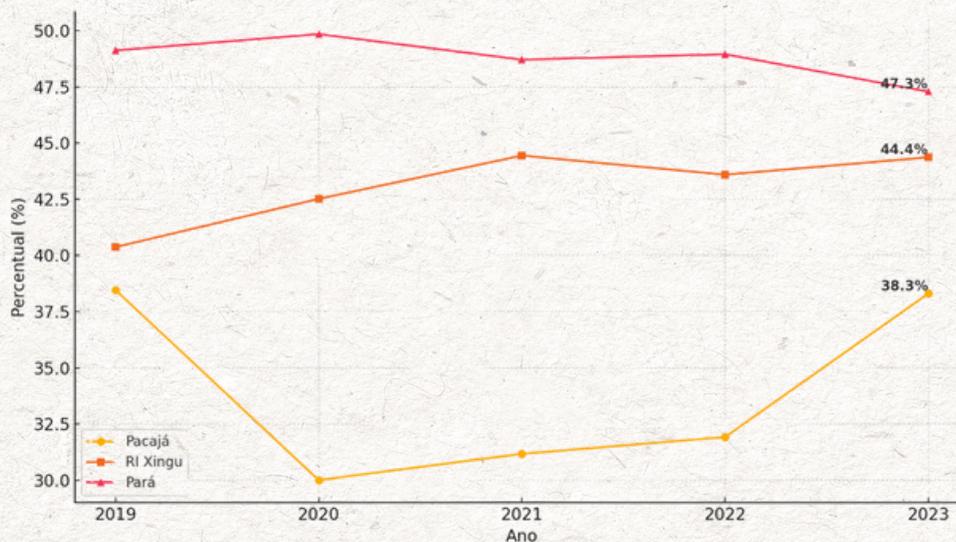


Na RI Xingu, os percentuais são superiores e mais estáveis. Em 2019, eram 40,5%, subindo para 42,6% em 2020 e alcançando 44,5% em 2021. Após leve recuo em 2022 (43,5%), o índice voltou a subir para 44,4% em 2023. Essa estabilidade acima da média municipal evidencia um ambiente regional mais favorável à presença feminina em cargos de gestão (Gráfico 10).

O estado do Pará apresenta os melho-

res indicadores entre os três recortes. A taxa iniciou em 49,0% em 2019 e chegou ao pico de 49,8% em 2020. Apesar de oscilações sutis nos anos seguintes, o percentual se manteve elevado, com 47,3% em 2023. Isso demonstra uma tendência consolidada de igualdade de gênero na ocupação de posições de liderança no estado, sendo um referencial para as demais esferas (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Pacajá, o percentual de pessoas de baixa renda com acesso à coleta de esgoto foi praticamente inexistente durante todo o período analisado. Entre 2019 e 2022, o indicador permaneceu em 0,0%, e apenas em 2023 houve um mínimo avanço para 0,1%. Esses dados indicam que a infraestrutura de saneamento voltada para a população vulnerável no município é extremamente precária, o que pode refletir ausência de investimentos ou dificuldades operacionais na universalização do serviço (Gráfico 11).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador apresentou evolução contínua. Partiu de 5,3% em 2019, avançou gradualmente até 7,3% em 2021 e atingiu 11,9% em 2023. Esse comportamento revela uma melhora constante na cobertura de esgotamento sanitário voltada à população mais vulnerável, ainda que os valores absolutos permaneçam baixos. A tendência positiva sugere a presença de políticas públicas ou projetos regionais com algum grau de efetividade

(Gráfico 11).

No estado do Pará, o avanço também foi constante. O percentual era de 7,0% em 2019 e cresceu ano a ano até atingir 11,5% em 2023. Essa progressão, semelhante à da RI Xingu, demonstra esforços em nível estadual para ampliar o acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda, embora os dados ainda revelem grande déficit estrutural em relação à universalização do serviço (Gráfico 11).

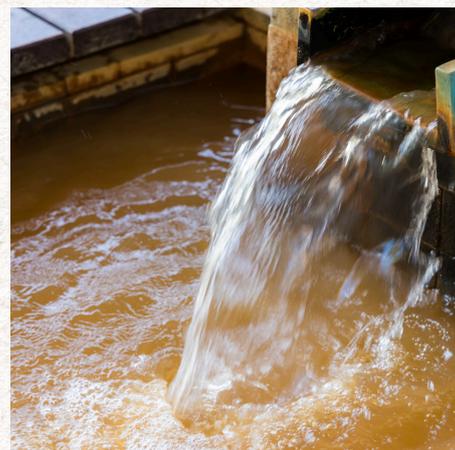
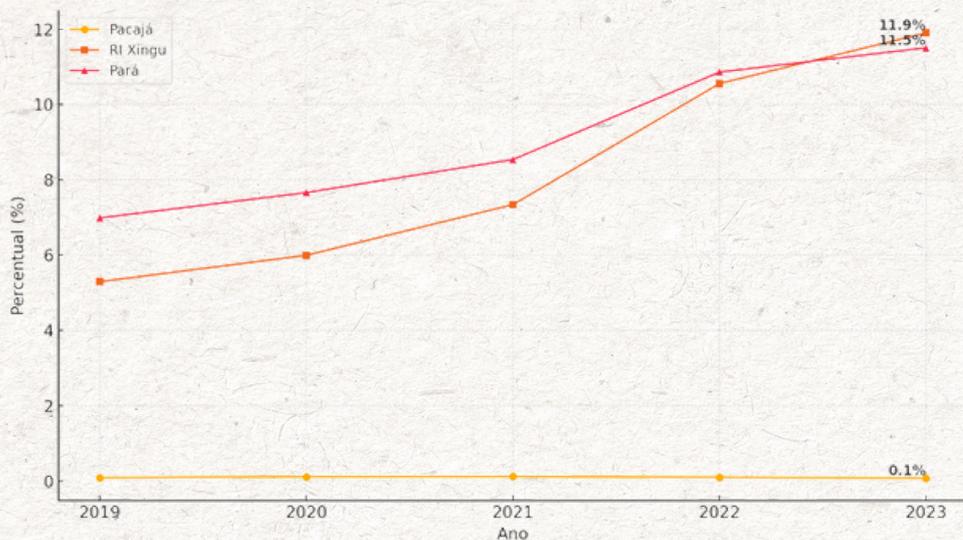




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Pacajá apresentou os menores valores de gasto per capita com saneamento em todo o período. Iniciou com R\$ 8,93 por habitante em 2019, caiu para zero em 2020, teve pequena elevação em 2021 (R\$ 10,48), mas voltou a reduzir nos anos seguintes, alcançando apenas R\$ 1,86 em 2023. A ausência de investimentos consistentes demonstra baixa prioridade orçamentária dada ao saneamento básico pelo município, o que se reflete diretamente na quase inexistência de coleta de esgoto entre os mais pobres (Gráfico 12).

Na RI Xingu, o padrão de gasto foi mais robusto e variável. Começando com R\$ 28,2 em 2019, o valor cresceu levemente em 2020, caiu em

2021 (R\$ 20,3), mas em 2022 houve uma elevação expressiva para R\$ 51,4, seguido por leve queda para R\$ 49,0 em 2023. Esses valores mostram uma tendência positiva de fortalecimento do investimento em saneamento, o que coincide com os avanços observados na cobertura do serviço (Gráfico 12).

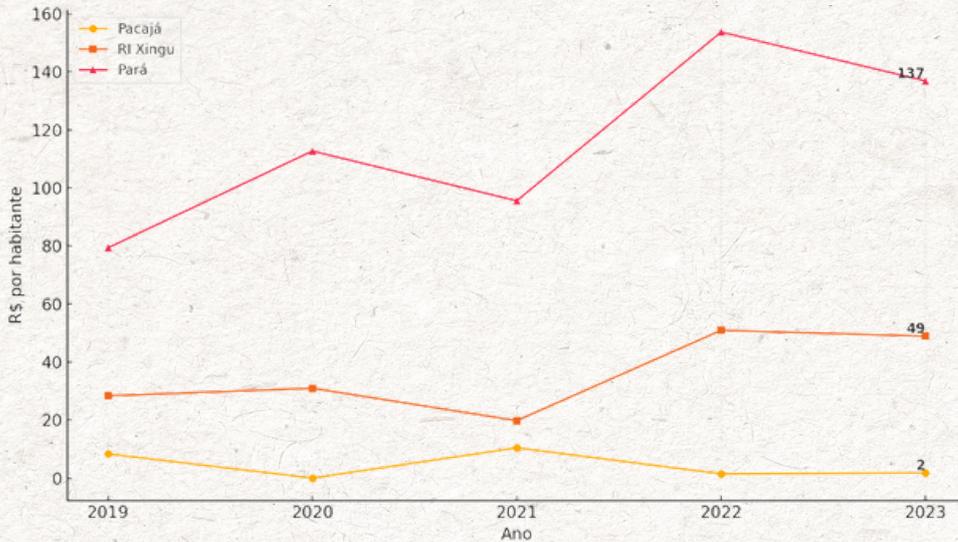
O estado do Pará se destaca com os maiores gastos per capita entre os três recortes. Iniciando em R\$ 80,4 em 2019, houve aumento relevante em 2020 (R\$ 113,2), oscilação em 2021 (R\$ 95,5), e um forte pico em 2022, atingindo R\$ 153,5. Em 2023, houve leve queda para R\$ 137,2. A consistência do investimento em nível estadual indica prioridade estratégica ao setor, o que pro-

vavelmente tem gerado impactos positivos, mesmo que ainda insuficientes frente à demanda reprimida (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



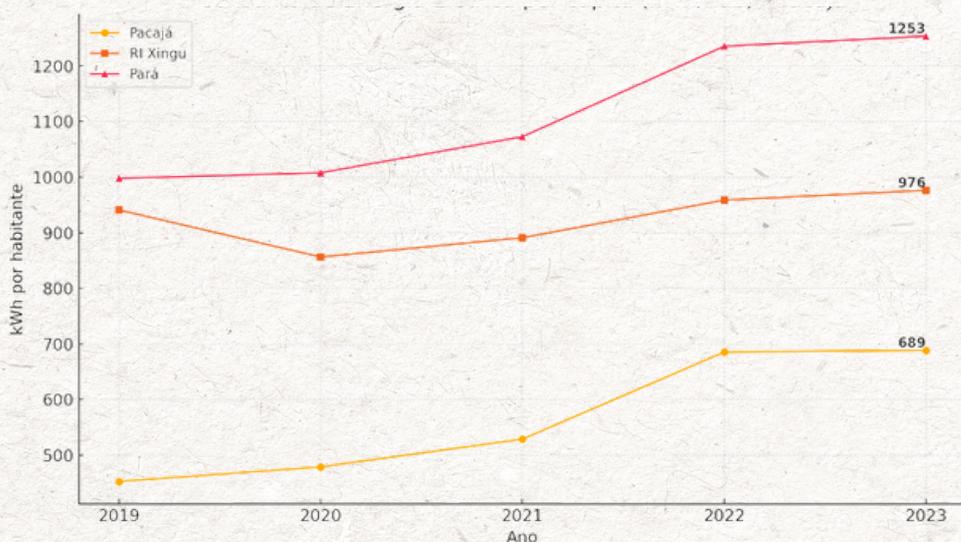
Em Pacajá, o consumo per capita de energia elétrica apresentou crescimento gradual ao longo dos anos. Em 2019, o consumo era de 457 kWh/hab. e evoluiu para 482 em 2020 e 528 em 2021. O salto mais expressivo ocorreu em 2022, quando o consumo atingiu 688 kWh/hab., mantendo-se nesse nível em 2023. Apesar da melhoria, os valores permanecem significativamente abaixo da média estadual, sugerindo limitações no acesso ou na infraestrutura elétrica do município, especialmente em áreas mais vulneráveis (Gráfico 13).



Na RI Xingu, o consumo teve leve queda no início do período, de 941 kWh/hab. em 2019 para 861 em 2020, indicando possíveis efeitos econômicos adversos. A partir de 2021, o indicador voltou a crescer, alcançando 975 kWh/hab. em 2023. Esse padrão demonstra recuperação e leve avanço, embora em ritmo menos acelerado que o registrado no estado como um todo, possivelmente refletindo desigualdades internas entre os municípios da região (Gráfico 13).

O estado do Pará apresentou a melhor performance entre os três recortes, partindo de 998 kWh/hab. em 2019 e crescendo continuamente até alcançar 1.253 kWh/hab. em 2023. O aumento acentuado entre 2021 e 2022 indica possível expansão da rede elétrica e crescimento do consumo residencial, comercial e/ou industrial. Esse avanço revela dinamismo no fornecimento de energia, associado provavelmente à melhoria da infraestrutura energética e à ampliação do acesso (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 689 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Pacajá, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil apresentou queda expressiva entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de 13,2%, reduzindo para 11,1% em 2020 e 9,4% em 2021. Em 2022, o percentual caiu para 7,3% e, em 2023, chegou a 5,3%. A redução acumulada foi de 7,9 pontos percentuais, o que representa uma queda de cerca de 60% no período. Esse movimento evidencia avanços na substituição de fontes fósseis por alternativas mais modernas e acessíveis (Gráfico 14).

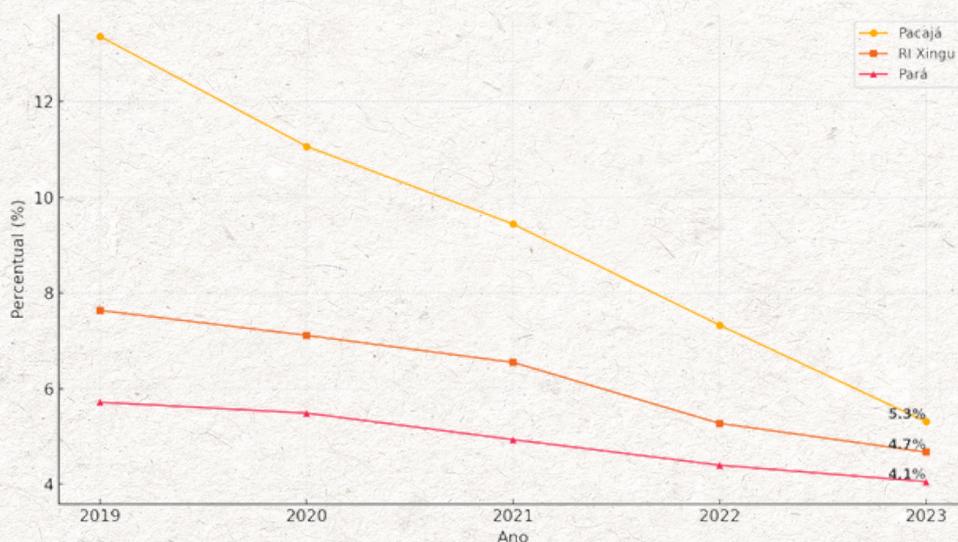


Na Região de Integração do Xingu, o comportamento também foi de queda contínua, embora em ritmo mais moderado. Em 2019, o percentual era de 7,6% e caiu sucessivamente para 7,1% em 2020, 6,6% em 2021, 5,2% em 2022 e 4,7% em 2023. A redução total foi de 2,9 pontos percentuais no período, o que corresponde a aproximadamente 38%. Ainda que menor que em Pacajá, a trajetória aponta para avanços no acesso à iluminação mais eficiente. O ritmo constante de declínio indica políticas públicas ou investimentos localizados na infraestrutura de energia (Gráfico 14).

No estado do Pará, a redução foi mais discreta, porém constante. Em 2019, o indicador registrava 5,7%, caindo para 5,5% em 2020, 5,0% em 2021, 4,5% em 2022 e 4,1% em 2023. A diminuição foi de 1,6 ponto percentual ao longo de cinco anos, o que representa uma queda de 28%. Apesar de ter os menores percentuais entre os três níveis analisados, o estado ainda apresenta bolsões de vulnerabilidade energética. O cenário sugere a necessidade de ampliar ações voltadas à universalização do acesso à energia elétrica entre a população de baixa renda (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



O indicador de empregos formais por mil habitantes em Pacajá apresentou um crescimento expressivo de 2019 para 2020, saltando de 53 para 82 postos formais, indicando uma possível resposta positiva a políticas locais de estímulo ao emprego ou à formalização. No entanto, em 2021 houve recuo para 60, seguido de uma leve recuperação nos dois anos seguintes, chegando a 67 em 2023. Apesar da oscilação, o patamar final ainda é superior ao de 2019, sugerindo um saldo positivo no período, mas sem consistência suficiente para configurar uma tendência de fortalecimento estrutural do mercado de trabalho formal no município (Gráfico 15).

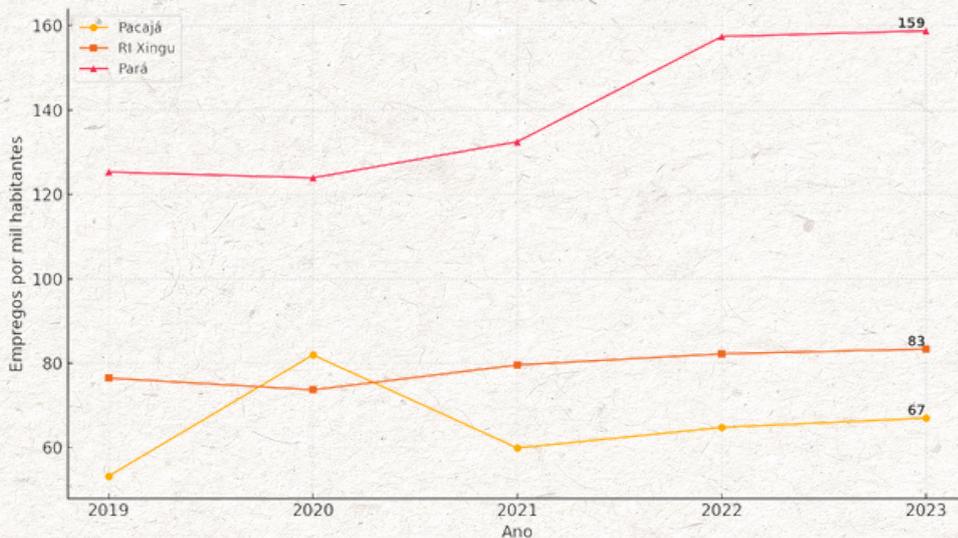
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi mais estável e com leve crescimento ao longo do período. O índice variou de 77 em 2019 para 83 em 2023, com uma pequena queda em 2020 (74), seguida por recuperação gradual. Isso indica uma maior resiliência regional frente às oscilações econômicas e revela que, mesmo sem grandes saltos, a região conseguiu manter e expandir lentamente sua base de empregos formais por mil habitantes, com desempenho superior ao do município de Pacajá em todos os anos da série (Gráfico 15).

O estado do Pará apresentou o crescimento mais robusto entre os três recortes. Partindo de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, o índice cresceu de forma sustentada até atingir 159



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

em 2023, com destaque para o forte avanço entre 2021 e 2022. Esse comportamento sinaliza uma expansão significativa do mercado formal de trabalho no estado, possivelmente impulsionada pela retomada econômica pós-pandemia e por investimentos em setores estratégicos. O desempenho estadual evidencia uma consolidação da formalização do emprego em larga escala, contrastando com os avanços mais tímidos observados em Pacajá e na RI Xingu (Gráfico 15).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

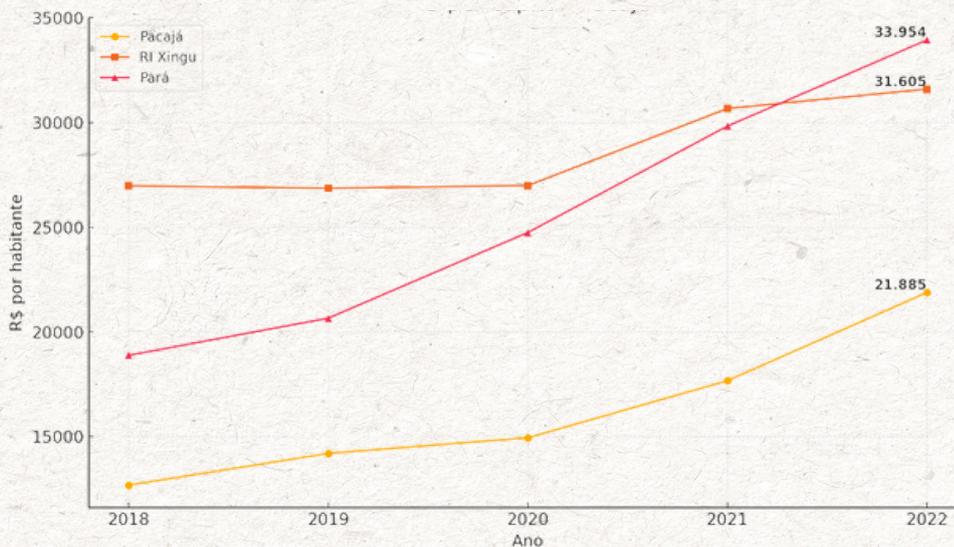
No município de Pacajá, o PIB per capita apresentou crescimento constante durante todo o período analisado. Em 2018, o valor era de aproximadamente R\$ 12.800 e evoluiu progressivamente até atingir R\$ 21.885 em 2022. Essa elevação representa um crescimento de cerca de 71% em cinco anos, o que indica avanços econômicos significativos, embora o município ainda mantenha um nível de renda por habitante bem abaixo dos demais recortes (Gráfico 16).



Na Região de Integração do Xingu, o PIB per capita manteve-se praticamente estagnado entre 2018 e 2020, em torno de R\$ 27 mil. A partir de 2021, houve crescimento expressivo, alcançando R\$ 31.605 em 2022. Essa retomada mais intensa nos últimos dois anos pode estar associada à recuperação econômica pós-pandemia, ao desempenho de setores-chave da economia regional ou a investimentos produtivos localizados na R (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Pacajá x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

No estado do Pará, o crescimento do PIB per capita foi robusto e contínuo. O indicador saltou de cerca de R\$ 19 mil em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, com forte aceleração a partir de 2020. Esse desempenho evidencia o dinamismo econômico estadual, possivelmente impulsionado por setores industriais e extrativos, que contribuíram para elevar a média da renda per capita de forma significativa, ultrapassando inclusive a RI Xingu no último ano da série (Gráfico 16).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21.885/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Pacajá, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB manteve-se consistentemente baixo, começando em 4,2% em 2018 e encerrando o período em 2022 com 3,1%. A leve queda ao longo dos anos demonstra que a atividade industrial no município tem peso marginal na composição do PIB local, sinalizando a predominância de outros setores como serviços ou agropecuária, e evidenciando limitações na diversificação produtiva (Gráfico 17).

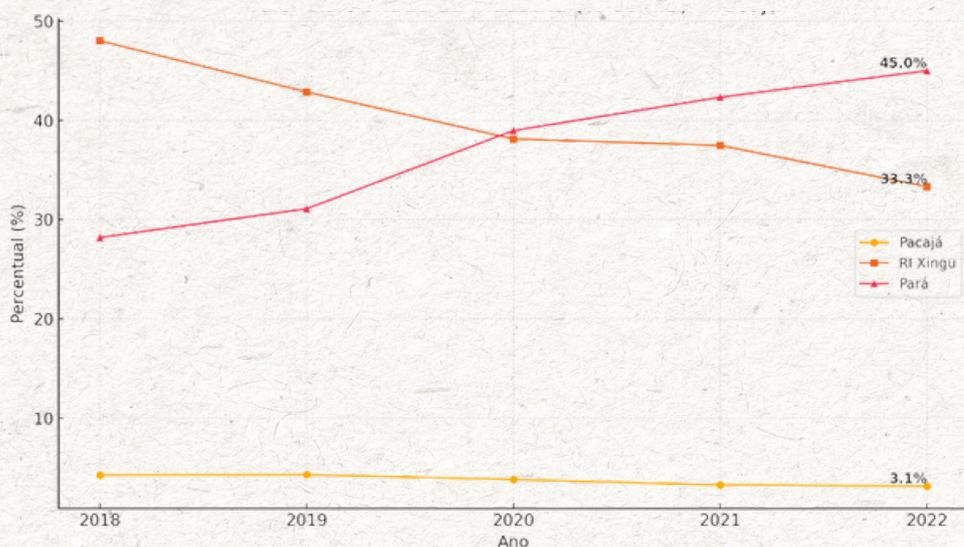
Na RI Xingu, o setor industrial teve participação muito mais relevante, embora em declínio. O valor adicionado da indústria caiu de 48,0% em 2018 para 33,3% em 2022, uma redução significativa. Essa tendência de queda pode indicar perda de protagonismo da indústria frente a outros setores econômicos ou mesmo desindustrialização parcial, ainda que o setor mantenha peso substancial na estrutura econômica da região (Gráfico 17).

Já o estado do Pará apresentou trajetória oposta, com crescimento contínuo da participação industrial no PIB. O valor adicionado da indústria passou de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022, refletindo a crescente importância da atividade industrial no estado. Esse aumento pode estar relacionado à expansão de grandes empreendimentos nos setores mineral, energético e de transformação, que ampliaram sua contribuição para a economia paraense no período recente (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Pacajá x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Pacajá apresentou uma estabilidade marcante no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, oscilando levemente entre 5,9 e 6,4 ao longo do período. O valor inicial de 6,1 em 2019 praticamente se manteve até 2023, quando o indicador voltou a 6,0. Essa constância evidencia uma baixa densidade científica no território, o que



pode refletir escassez de centros de pesquisa, universidades ou políticas locais voltadas à atração e fixação de profissionais dessa área (Gráfico 18).

Na Região de Integração do Xingu, o cenário foi um pouco mais dinâmico. O número de profissionais iniciou em 8,3 por 100 mil habitantes em

2019, manteve-se estável em 2020, mas apresentou pico em 2021, com 12,6 – um aumento possivelmente vinculado a contratações pontuais ou projetos regionais. No entanto, houve recuo nos dois anos seguintes, encerrando 2023 com 10,0 profissionais por 100 mil habitantes. Apesar da redução, o indicador final é superior ao ponto de partida, indicando um saldo positivo, embora ainda limitado frente às necessidades de interiorização da ciência e tecnologia (Gráfico 18).

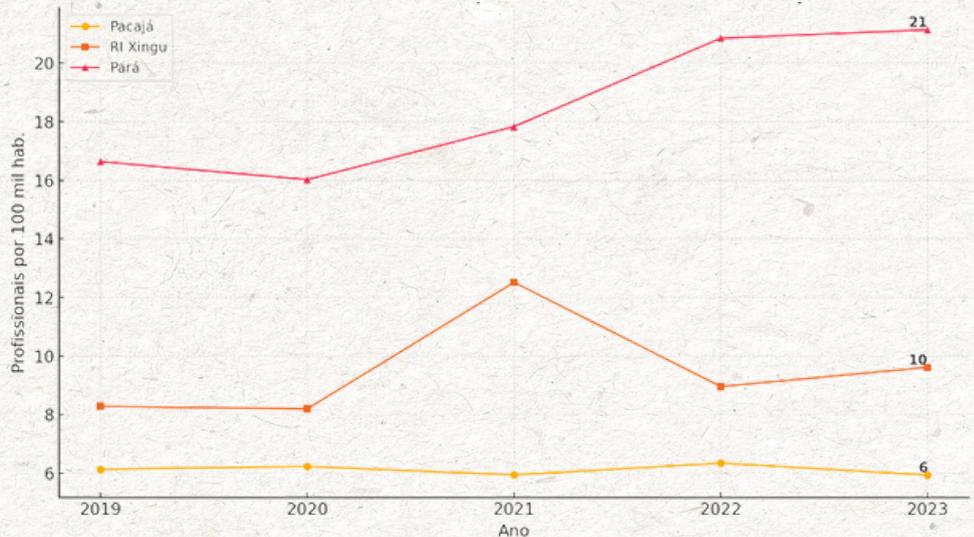
O estado do Pará, por sua vez, teve evolução expressiva no período. O indicador subiu de 16,6 em 2019 para 21,0 em 2023, com crescimento con-





tínuo desde 2020. Esse avanço reflete maior presença e valorização de profissionais da ciência, possivelmente impulsionada pela expansão de universidades, institutos tecnológicos, políticas públicas estaduais e financiamento à pesquisa. A disparidade entre os valores estaduais e os de Pacajá destaca as desigualdades territoriais no acesso a capital humano qualificado, especialmente em áreas científicas e tecnológicas (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

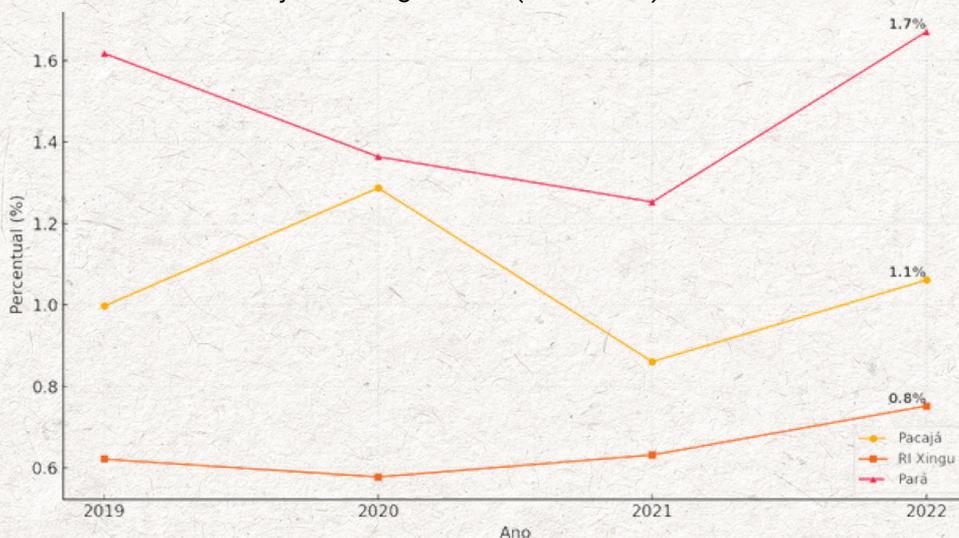
Entre 2019 e 2022, o município de Pacajá apresentou variações relevantes na massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB. O indicador iniciou em 1,0% em 2019, cresceu significativamente em 2020, atingindo 1,3%, possivelmente como reflexo de programas de manutenção do emprego formal ou de maior valorização salarial relativa durante a pandemia. No entanto, em 2021 houve uma queda expressiva para 0,87%, seguida de uma leve recuperação em 2022, com o percentual atingindo 1,1%. Apesar das oscilações, o indicador termina o período acima do ponto de partida, sugerindo um crescimento moderado da participação dos salários formais na

economia local (Gráfico 19).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador manteve-se em níveis mais baixos ao longo do período, com menor variação. Em 2019, o percentual era de 0,63%, caindo ligeiramente em 2020 para 0,57%. A partir de 2021, iniciou-se um processo de recuperação, com elevação para 0,63% e avanço mais consistente em 2022, quando o índice chegou a 0,80%. Embora o crescimento tenha sido modesto, ele aponta para um lento fortalecimento da participação dos vínculos formais na economia regional, mesmo partindo de uma base historicamente inferior à de Pacajá e à do estado (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador começou com a maior participação relativa: 1,62% em 2019. No entanto, ao longo dos dois anos seguintes houve queda, chegando a 1,26% em 2021. Essa retração pode ter sido influenciada por uma combinação de crescimento do PIB com estagnação da massa salarial, ou por mudanças setoriais na economia. Em 2022, houve forte recuperação para 1,70%, superando inclusive o valor de 2019. Esse salto indica retomada econômica acompanhada de valorização dos vínculos formais, o que contribui para uma visão mais positiva do mercado de trabalho no contexto estadual (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

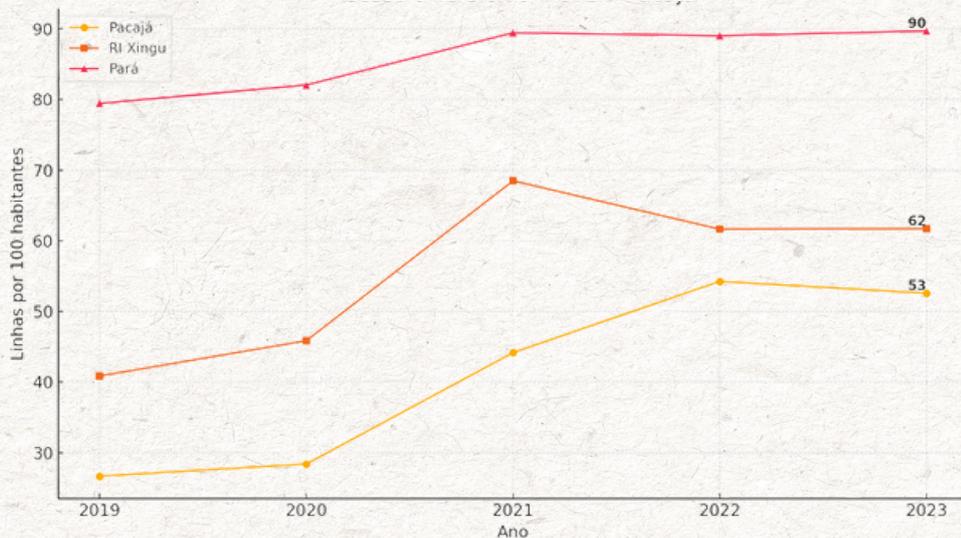
No município de Pacajá, o acesso à telefonia móvel apresentou crescimento constante entre 2019 e 2022, partindo de 26,2 linhas por 100 habitantes em 2019 para 54,3 em 2022, o que demonstra ampliação significativa da conectividade e da inclusão digital. No entanto, em 2023 houve leve retração para 53,0, o que pode refletir saturação do mercado ou dificuldades na manutenção da infraestrutura em áreas mais remotas. Apesar disso, o saldo do período é positivo, com mais que o dobro de linhas móveis por habitante em comparação ao início da série (Gráfico 20).

Na RI Xingu, o crescimento foi mais acentuado até 2021, quando o indicador saltou de 41,1 em 2019 para 68,5 linhas por 100 habitantes. A partir de então, o índice recuou para 62,0 e estabilizou-se nesse patamar até 2023. Esse comportamento indica que, apesar da expansão inicial, houve uma desaceleração do crescimento do acesso móvel, possivelmente por limitações de infraestrutura ou queda na demanda marginal (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

O estado do Pará manteve os melhores indicadores ao longo de todo o período, com crescimento contínuo e estável. Em 2019, o estado registrava 79,4 linhas por 100 habitantes, alcançando 90,0 em 2023. Essa trajetória revela uma infraestrutura de telecomunicações mais consolidada e uma penetração quase universal do serviço móvel, o que pode estar associado à concentração urbana e à maior presença de operadoras na capital e grandes centros urbanos (Gráfico 20).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Pacajá, o gasto público com cultura e gestão ambiental por habitante iniciou em R\$ 98,6 em 2019, com pico em 2020 (R\$ 119,5), demonstrando forte investimento nesse campo no início do período. No entanto, a partir de 2021 observa-se queda acentuada, caindo para R\$ 80,3 e desabando em 2022 para apenas R\$ 23,3, com leve recuperação para R\$ 27,1 em 2023. Essa tendência indica uma drástica redução de prioridade orçamentária, o que pode comprometer políticas culturais e ambientais no município (Gráfico

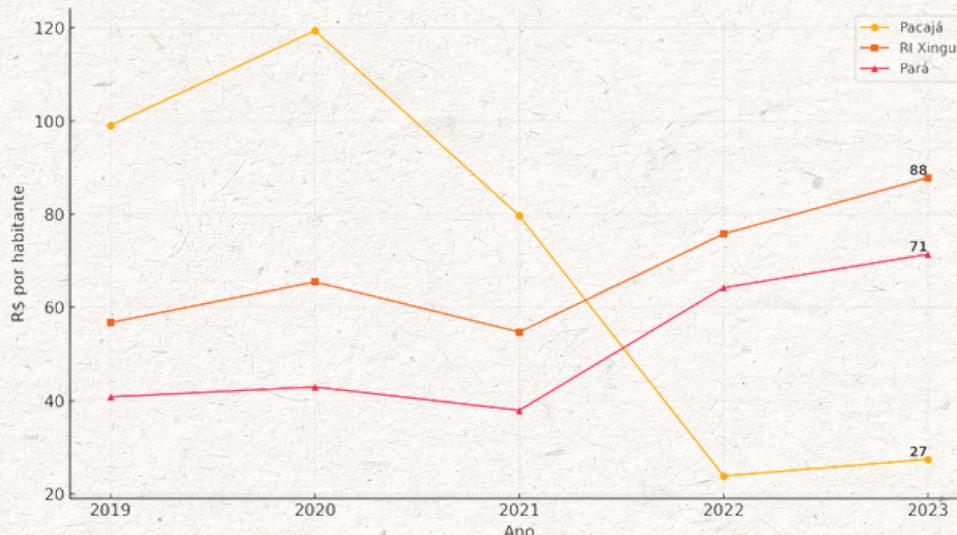
21).

Na RI Xingu, a trajetória foi de crescimento sustentado. O indicador partiu de R\$ 57,5 em 2019, chegou a R\$ 65,5 em 2020, teve pequena queda em 2021 (R\$ 55,3), mas retomou ritmo forte a partir de 2022, atingindo R\$ 88,0 em 2023. Esse crescimento consistente evidencia um compromisso crescente da região com a pauta ambiental e cultural, o que pode ter impacto positivo sobre a qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais locais (Gráfico 21).

No estado do Pará, o comportamento foi moderado, porém progressivo. A despesa per capita era de R\$ 40,7 em 2019, subiu levemente até 2020 (R\$ 43,0), sofreu uma queda em 2021 (R\$ 37,9), mas retomou crescimento expressivo nos dois anos seguintes, encerrando 2023 em R\$ 71,0. Essa evolução positiva sinaliza fortalecimento da atuação pública nessas áreas, acompanhando a tendência regional, embora com valores ainda inferiores aos verificados na RI Xingu (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 27/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

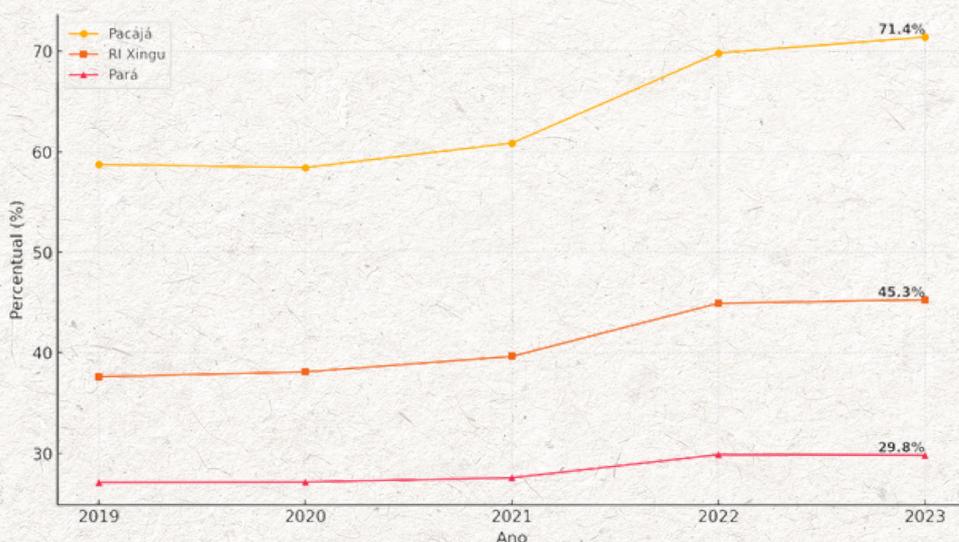
No município de Pacajá, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo cresceu significativamente ao longo do período. Em 2019, o índice era de 58,7% e se manteve relativamente estável até 2021, quando começou a subir com mais intensidade, chegando a 69,7% em 2022 e 71,4% em 2023. Esse comportamento revela o agravamento da precariedade no sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, o que representa um desafio crítico de infraestrutura e saúde pública

(Gráfico 22).

Na Região de Integração do Xingu, a tendência também foi de crescimento, embora em menor escala. O percentual partiu de 37,7% em 2019, mantendo-se estável até 2020, e subiu gradualmente até atingir 45,3% em 2023. Essa evolução sinaliza que, mesmo com avanços estruturais em algumas áreas da região, ainda há uma parcela considerável da população que precisa recorrer a métodos inadequados para se desfazer do lixo, especialmente entre os mais pobres (Gráfico 22).

No estado do Pará, os valores foram mais baixos e com crescimento mais moderado. O indicador era de 26,9% em 2019, oscilou levemente nos anos seguintes e alcançou 29,8% em 2023. Apesar de o estado manter os melhores índices entre os recortes analisados, o fato de cerca de um terço da população de baixa renda ainda recorrer a essas práticas indica que a universalização dos serviços de coleta ainda está longe de ser alcançada, sobretudo em áreas rurais e periferias urbana (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

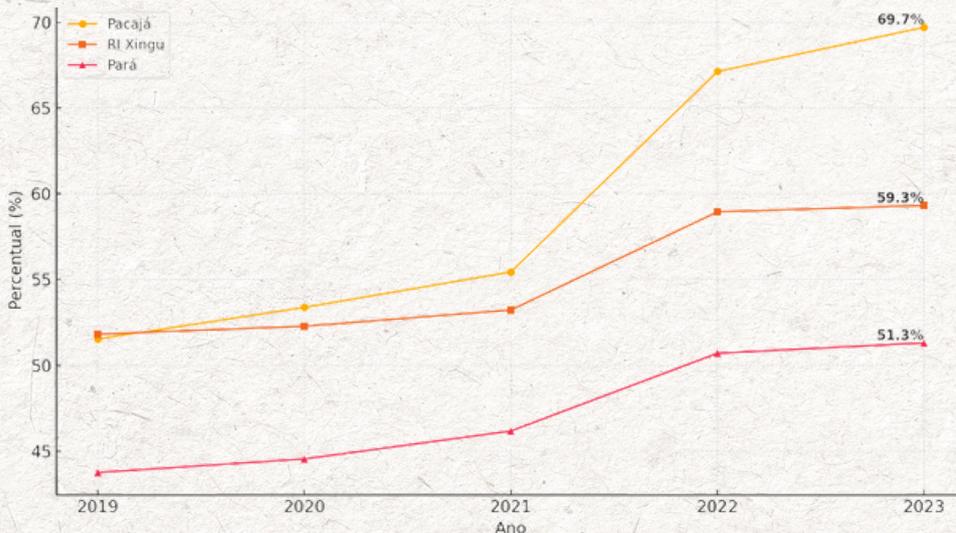
Em Pacajá, o percentual de pessoas de baixa renda que utilizam fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário apresentou crescimento contínuo e acentuado. Em 2019, o índice era de 51,7% e subiu para 55,4% em 2021. A partir daí, a elevação foi mais intensa, chegando a 67,7% em 2022 e a 69,7% em 2023. Isso evidencia a falta de investimentos em saneamento básico, especialmente voltado às camadas mais pobres, ampliando os riscos de contaminação ambiental e doenças

(Gráfico 23).

Na RI Xingu, a evolução também foi de aumento constante, embora mais gradual. O percentual saiu de 51,7% em 2019 e atingiu 59,3% em 2023. Embora a taxa de crescimento seja menor que a observada em Pacajá, os números indicam que o problema é igualmente generalizado na região, refletindo a carência de políticas públicas mais efetivas de saneamento voltadas aos grupos mais vulneráveis (Gráfico 23).

Já no estado do Pará, a taxa partiu de 43,7% em 2019 e alcançou 51,3% em 2023. Apesar de representar o menor percentual entre os três recortes, a tendência de crescimento é clara e preocupante. O aumento constante ao longo do período reforça a necessidade de expansão da rede de esgotamento sanitário e de alternativas tecnológicas mais adequadas à realidade das comunidades de baixa renda, especialmente nas áreas interioranas e periféricas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



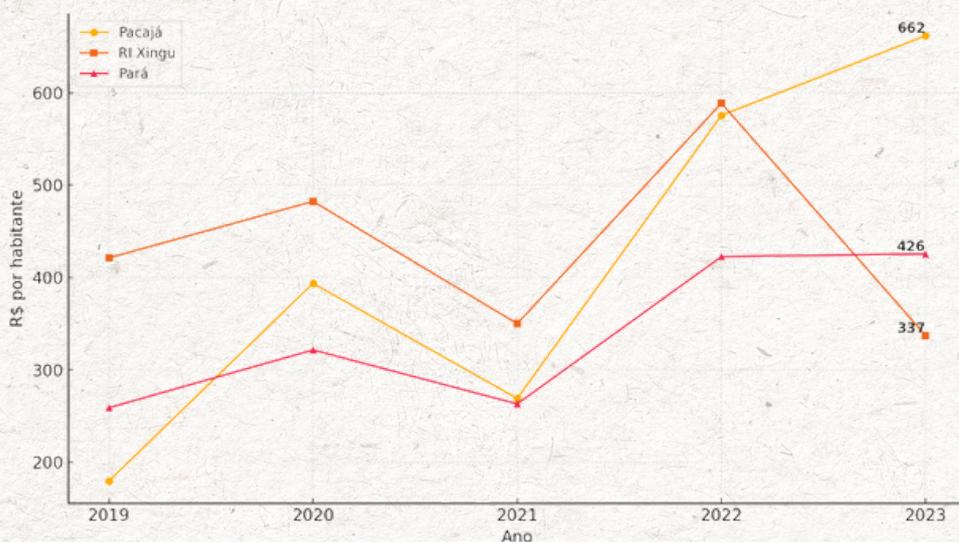
Em Pacajá, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram grande oscilação durante o período. O valor inicial era de R\$ 181,6 em 2019 e subiu para R\$ 392,2 em 2020, seguido por queda em 2021 (R\$ 271,5). A partir de 2022, houve uma elevação expressiva para R\$ 578,6 e novo aumento em 2023, atingindo R\$ 662,3. Essa tendência revela que o município vem priorizando progressivamente ações de prevenção, possivelmente em resposta a eventos climáticos extremos ou riscos territoriais que demandaram maior investimento em defesa civil e infraestrutura de contenção (Gráfico 24).

Na RI Xingu, o comportamento foi menos volátil, porém também marcado por variações significativas. Os gastos iniciaram em R\$ 420,8 em 2019, cresceram até 2020 (R\$ 483,6), caíram para R\$ 353,6 em 2021, e em 2022 voltaram a subir para R\$ 587,3. Contudo, em 2023 houve recuo acentuado para R\$ 337,3. Apesar do alto patamar observado nos anos centrais da série, o dado mais recente aponta para uma redução dos investimentos em prevenção, o que pode sinalizar mudança de prioridades orçamentárias ou dificuldade na continuidade de programas (Gráfico 24).



O estado do Pará apresentou crescimento mais moderado, partindo de R\$ 261,1 em 2019 e alcançando R\$ 426,4 em 2023, com oscilações intermediárias. Os valores seguiram trajetória semelhante à da RI Xingu, mas em patamares inferiores. O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, passando de R\$ 265,6 para R\$ 422,2, o que pode estar relacionado à intensificação das políticas estaduais de resiliência climática ou resposta a enchentes, queimadas e outros eventos extremos que ganharam destaque na agenda pública (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 662/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática



Pacajá apresentou valores extremamente baixos nesse indicador ao longo da série, com praticamente nenhum gasto entre 2019 e 2022 – os valores variaram entre R\$ 0,0 e R\$ 1,4 por habitante. Somente em 2023 houve aumento perceptível, alcançando R\$ 18,0. Mesmo com esse crescimento recente, o nível de investimento permanece muito inferior ao das outras regiões, evidenciando a baixa prioridade dada à proteção de recursos hídricos no município, o que pode comprometer a qualidade ambiental e a segurança hídrica local (Gráfico 25).

Na RI Xingu, a evolução foi positiva e mais consistente. O gasto per capita começou em R\$ 64,9 em 2019 e teve crescimento gradual até R\$ 91,4 em 2021, antes de uma leve queda em 2022 (R\$ 72,5). Em 2023, houve novo salto para R\$ 143,4, o maior da série. Esse avanço pode estar ligado ao fortalecimento de políticas ambientais regionais voltadas à preservação de rios, lagos e mananciais, particularmente relevantes em áreas de flores-

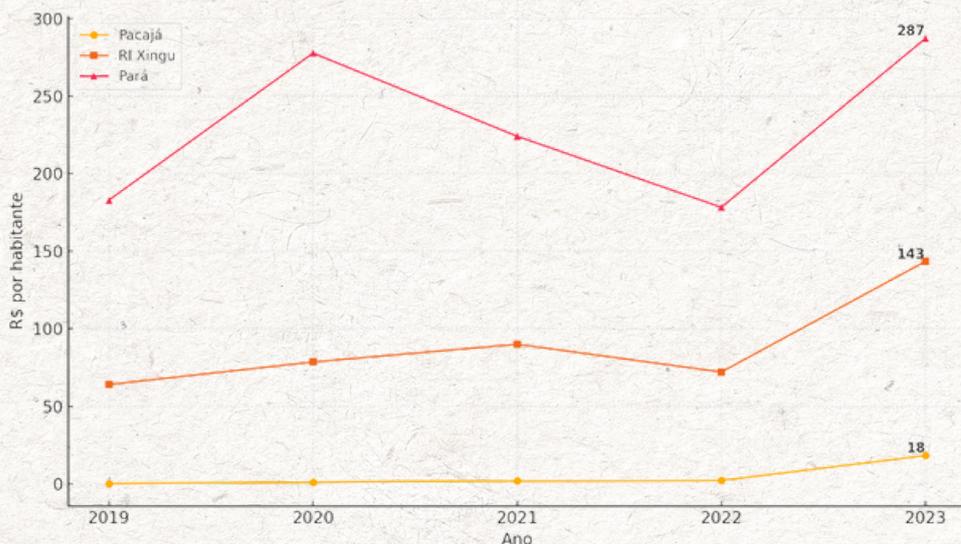
ta e comunidades ribeirinhas (Gráfico 25).

No estado do Pará, os valores foram os mais elevados ao longo de todo o período. Em 2019, a despesa era de R\$ 182,4 por habitante e subiu para R\$ 279,7 em 2020. Após recuo em 2021 e 2022, o valor voltou a crescer em 2023, atingindo novamente R\$ 287,4. Essa variação demonstra que, apesar de oscilações, o estado mantém um padrão alto de investimento em preservação



aquática, o que reflete a importância estratégica dos recursos hídricos no território paraense, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

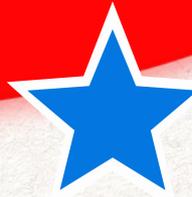
Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Pacajá, a área de floresta em relação ao território total apresentou tendência de queda constante ao longo do período. Em 2019, o município ainda possuía 47,4% de cobertura florestal, valor que foi diminuindo ano a ano até atingir 35,6% em 2023. Essa perda de quase 12 pontos percentuais em cinco anos evidencia um processo acelerado de degradação ambiental, resultado provável do avanço do desmatamento para atividades agropecuárias e madeireiras, com impactos significativos para a biodiversidade e o equilíbrio climático local (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Xingu, a cobertura florestal também caiu, embora com comportamento mais instável.

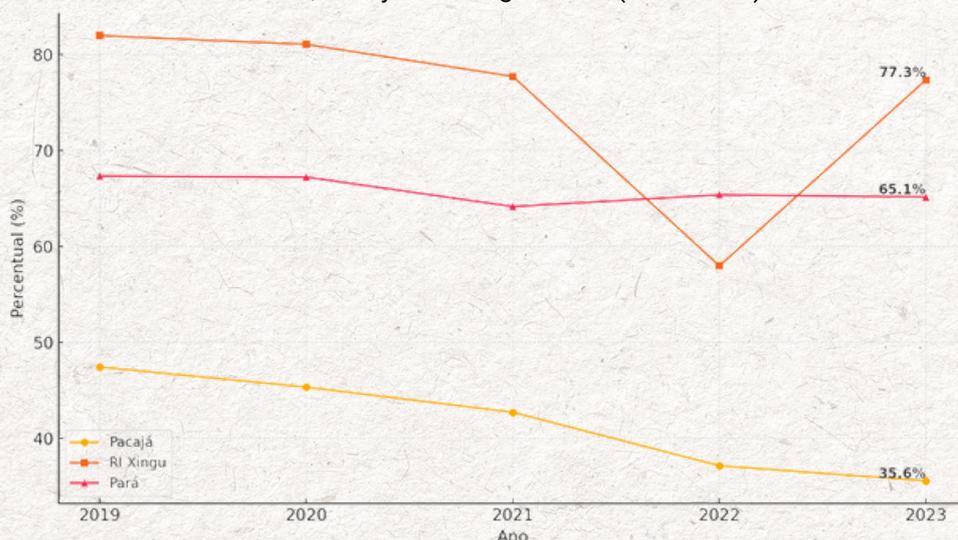
O percentual passou de 82,1% em 2019 para 77,7% em 2021, e despencou para 58,5% em 2022. No entanto, houve uma recuperação expressiva em 2023, quando o índice voltou a subir para 77,3%. Esse comportamento pode refletir tanto revisões cadastrais ou mudanças metodológicas quanto ações de recuperação ambiental



tal em áreas degradadas ou diminuição do ritmo de desmatamento após um pico de pressão (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual de área florestada foi mais estável. O índice começou em 67,4% em 2019 e oscilou levemente ao longo dos anos, encerrando em 65,1% em 2023. Embora a perda relativa tenha sido pequena, ela ainda aponta para uma tendência persistente de redução da cobertura florestal, mesmo diante dos esforços de conservação. A estabilidade maior do estado em comparação ao município e à RI Xingu pode estar associada à heterogeneidade territorial e à presença de grandes áreas de proteção ambiental (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Pacajá, o percentual da área desmatada cresceu continuamente entre 2019 e 2023, passando de 52,9% para 60,6%. Essa elevação reflete um processo de ocupação e transformação da paisagem natural em escala intensa, o que pode estar ligado à expansão da fronteira agrícola, à ocupação irregular e à ausência de controle efetivo sobre atividades predatórias. O valor absoluto é alarmante, indicando que mais da metade do território municipal já foi convertida para usos não florestais, o que coloca o município em situação crítica do ponto de vista ambiental (Gráfico 27).

Na RI Xingu, o desmatamento seguiu um padrão distinto. O índice variou pouco entre 2019 (13,6%) e 2021 (15,0%), mas

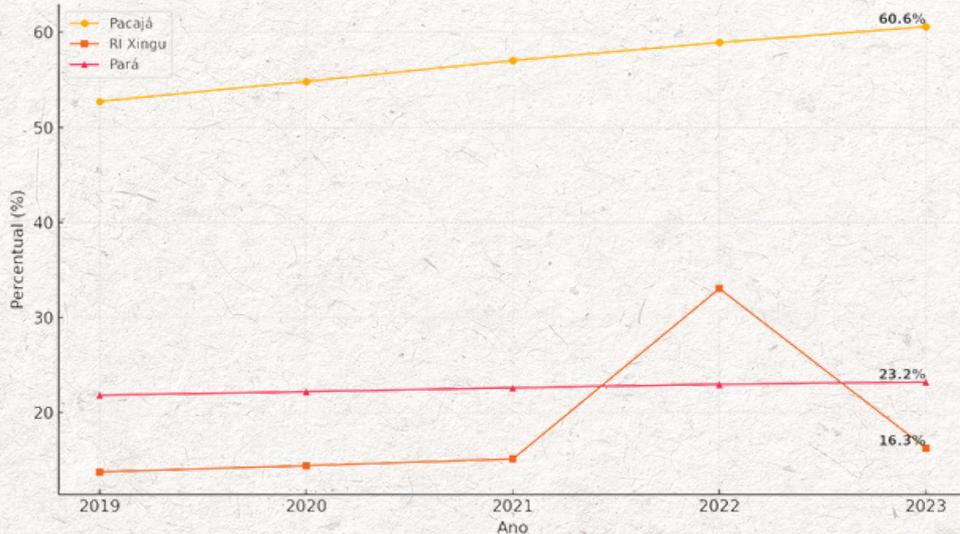
saltou para 32,6% em 2022, o que pode estar relacionado a um evento específico de desmatamento massivo ou regularização fundiária com abertura de áreas. Em 2023, o indicador recuou para 16,3%, retomando patamar próximo ao histórico. Essa oscilação pode indicar tanto instabilidades no monitoramento quanto ações pontuais de pressão sobre a floresta que não se sustentaram nos anos seguintes. (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada foi relativamente estável, saindo de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. Esse crescimento moderado, embora ainda preocupante, sugere que os impactos ambientais vêm ocorrendo de forma mais diluída

e regionalizada, sem picos extremos, como observado na RI Xingu. Ainda assim, o avanço lento do desmatamento reforça a urgência de políticas públicas mais eficazes de conservação, fiscalização e incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

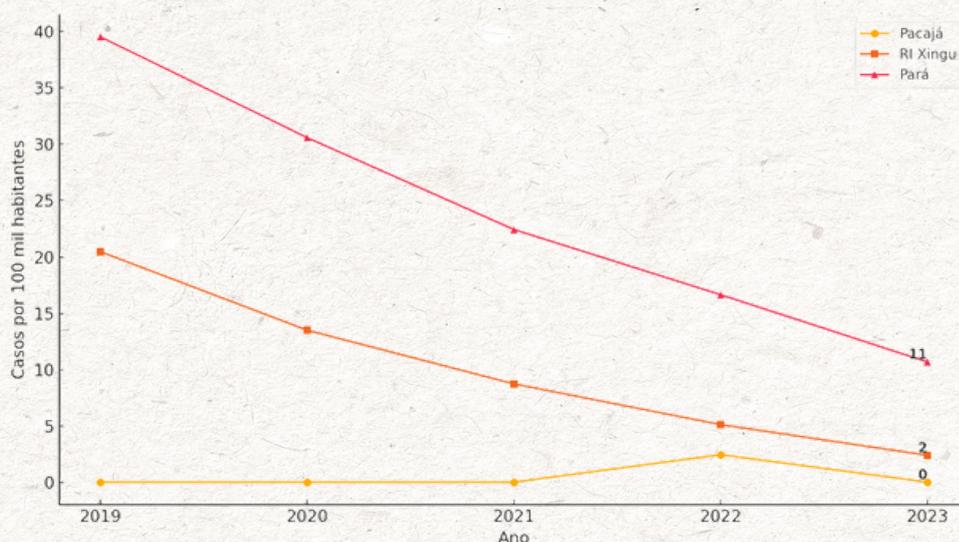
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Pacajá, o trabalho infantil se manteve praticamente inexistente durante o período de 2019 a 2021, com taxa de 0 casos por 100 mil habitantes. Em 2022, houve um leve aumento para 2,7, mas o índice retornou a 0 em 2023. Esses dados sugerem um cenário favorável de erradicação do trabalho infantil, ao menos nas estatísticas oficiais, embora o dado pontual de 2022 possa indicar situações isoladas ou subnotificadas (Gráfico 28).

Na Região de Integração do Xingu, observou-se uma tendência de queda consistente no número de casos por 100 mil habitantes. O índice caiu de 20,5 em 2019 para 2,4 em 2023, uma redução de mais de 88% no período. Essa trajetória aponta avanços relevantes nas políticas de proteção à infância e no combate ao trabalho infantil, possivelmente associada à ampliação de programas sociais, fiscalização e oferta educacional (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

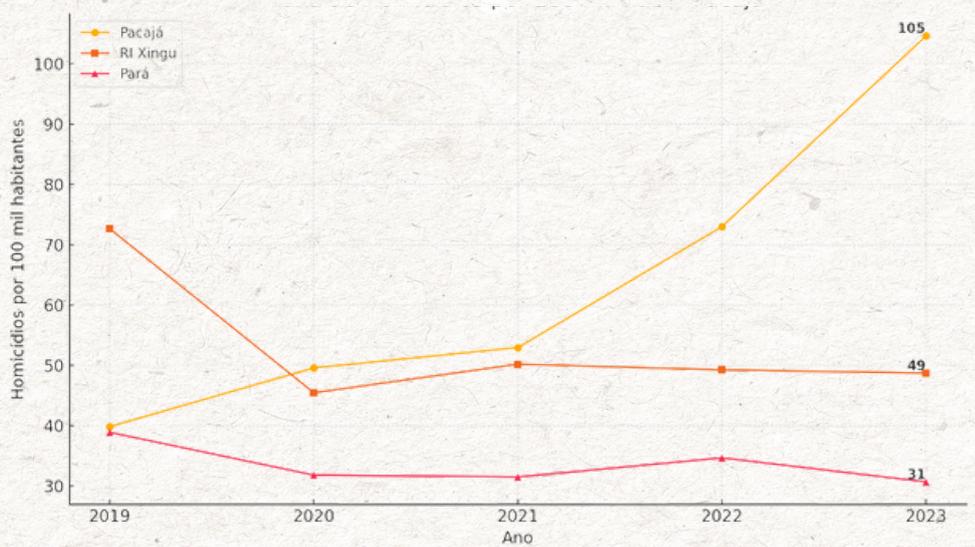
Em Pacajá, a taxa de homicídios apresentou uma elevação preocupante ao longo do período. Em 2019, o índice era de 39,8, subindo gradualmente nos anos seguintes até alcançar 105,1 em 2023 – quase o triplo do valor inicial. Essa escalada sugere um agravamento da violência letal no município, possivelmente associada a conflitos fundiários, atuação do crime organizado, disputas locais ou ausência de políticas eficazes de segurança pública (Gráfico 29).

Na Região de Integração do Xingu, a taxa era inicialmente muito alta (72,5 em 2019), mas caiu drasticamente para 46,1 em 2020 e oscilou nos anos seguintes, mantendo-se estável em torno de 49 até 2023. Apesar de ainda elevado, o índice atual é bem inferior ao de 2019, indicando algum grau de contenção da violência letal regional, embora sem melhorias substanciais nos últimos três anos (Gráfico 29).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou comportamento mais estável e com patamares inferiores aos da RI Xingu e de Pacajá. A taxa caiu de 39,1 em 2019 para 31,2 em 2023, após flutuações pontuais. Esses dados revelam uma redução relativa da violência homicida em âmbito estadual, mas ainda com desafios significativos, sobretudo quando comparado a padrões nacionais ou internacionais de segurança (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 105 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



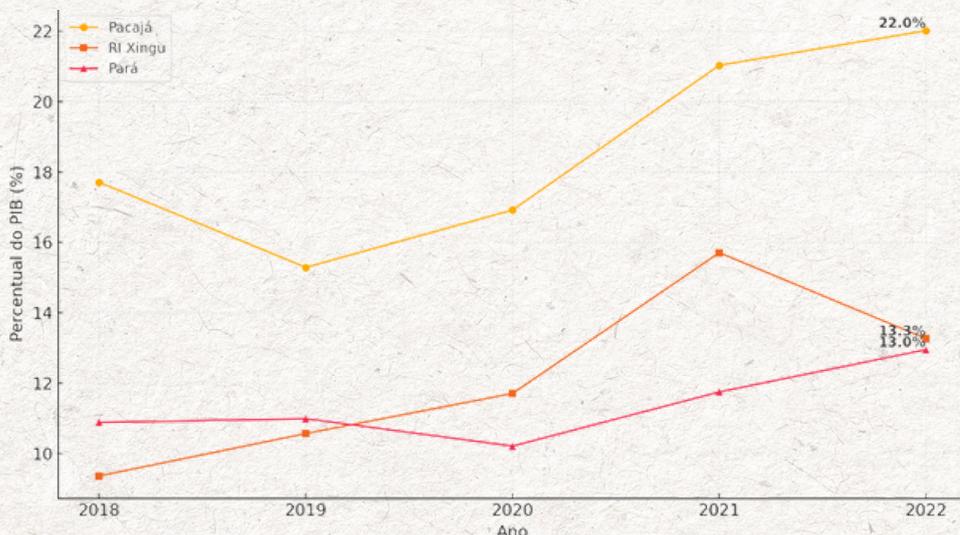
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Pacajá apresentou crescimento significativo no percentual de gasto público municipal em relação ao seu PIB. O indicador partiu de 17,8% em 2018, sofreu uma leve queda em 2019 (15,3%), e a partir de 2020 iniciou uma trajetória ascendente, alcançando 21,1% em 2021 e atingindo o pico de 22,0% em 2022. Esse comportamento sugere um fortalecimento da atuação do poder público local, com ampliação de investimentos ou aumento relativo da presença estatal na economia do município, possivelmente impulsionado por transferências intergovernamentais ou expansão dos serviços públicos (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Xingu, o percentual de gasto público em relação ao PIB também cresceu no início do período, indo de 9,3% em 2018 para um pico de 15,7% em 2021, mas apresentou recuo em 2022, quando caiu para 13,3%. Ainda que o nível final seja superior ao de início da série, o comportamento revela certa instabilidade, com variações que podem refletir tanto ajustes fiscais quanto mudanças no volume do PIB regional frente aos gastos locais. A queda recente pode indicar contenção de despesas ou recuperação econômica com maior participação do setor privado (Gráfico 30).

O estado do Pará, por sua vez, manteve valores mais estáveis e com menor amplitude. O indicador variou de 11,0% em 2018 para 13,0% em 2022, com leve oscilação ao longo do período. Essa relativa estabilidade indica um padrão mais moderado de variação entre gasto público e produto interno estadual, possivelmente decorrente da maior diversificação da base produtiva e da previsibilidade orçamentária em nível estadual. Ainda assim, o crescimento gradual observado nos últimos anos aponta para o aumento do esforço público em manter ou expandir serviços e investimentos frente aos desafios econômicos e sociais (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Pacajá x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

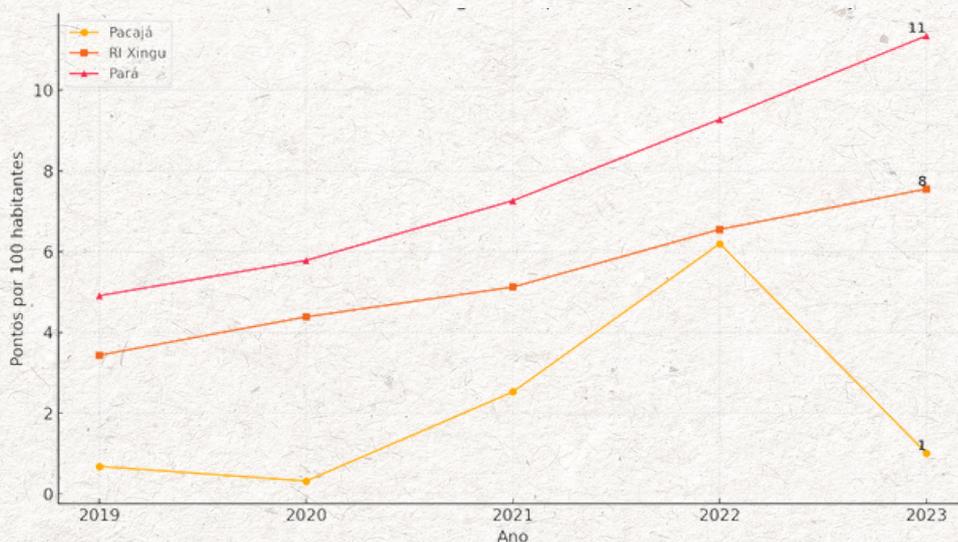
Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Pacajá apresentou variações significativas. O indicador começou em um patamar muito baixo em 2019 (0,7 pontos por 100 habitantes) e caiu ligeiramente em 2020 (0,3). A partir de 2021, observou-se uma recuperação expressiva, culminando em 2022 com 6,2 pontos – o maior valor do período. No entanto, essa tendência positiva foi interrompida por uma queda acentuada em 2023, quando o índice recuou para 1,1 ponto, sinalizando um possível desinvestimento, descontinuidade de contratos, ou problemas de infraestrutura ou acesso econômico por parte da população (Gráfico 31).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi mais estável e claramente ascendente. A taxa passou de 3,4 em 2019 para 8,0 em 2023, demonstrando uma evolução constante ao longo dos anos. Esse crescimento linear indica avanços significativos na cobertura e no uso da banda larga fixa, possivelmente impulsionados por políticas públicas regionais, investimentos em provedores locais e aumento da demanda por conectividade, especialmente após o contexto da pandemia, que ampliou a necessidade de acesso digital em áreas fora dos grandes centros urbanos (Gráfico 31).

No estado do Pará como um todo, o crescimento foi ainda mais expressivo e contínuo, partindo de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para atingir 11,0 em 2023. Essa evolução sugere um processo de expansão da infraestrutura digital no estado, com ganhos significativos de conectividade nos grandes e médios municípios. Apesar da média estadual mais elevada, o contraste com Pacajá revela disparidades territoriais importantes no acesso à banda larga fixa, destacando a urgência de políticas direcionadas à inclusão digital nos municípios mais vulneráveis (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Pacajá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



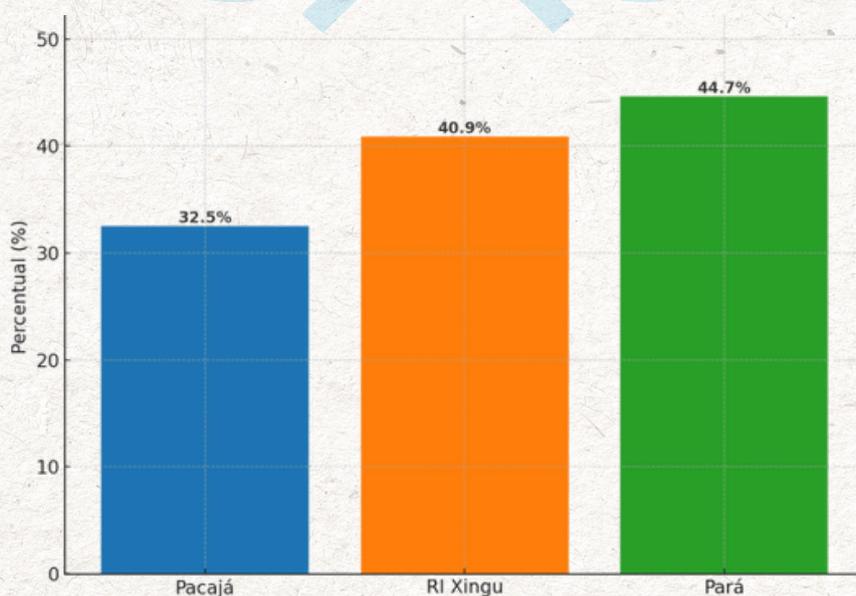
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Pacajá** registrou um IDS de **32,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Pacajá x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.

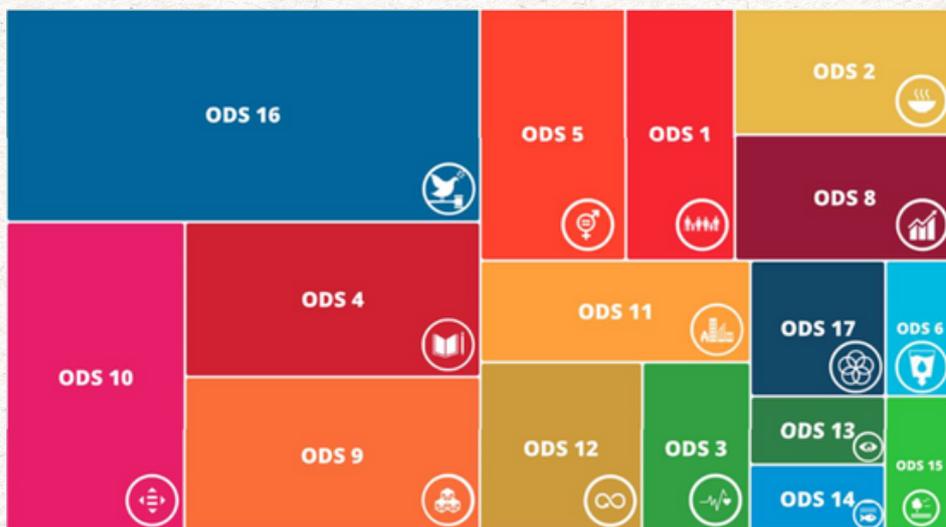


Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

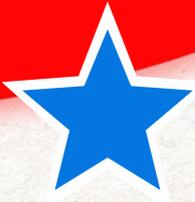
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

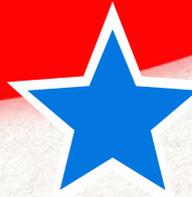
Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

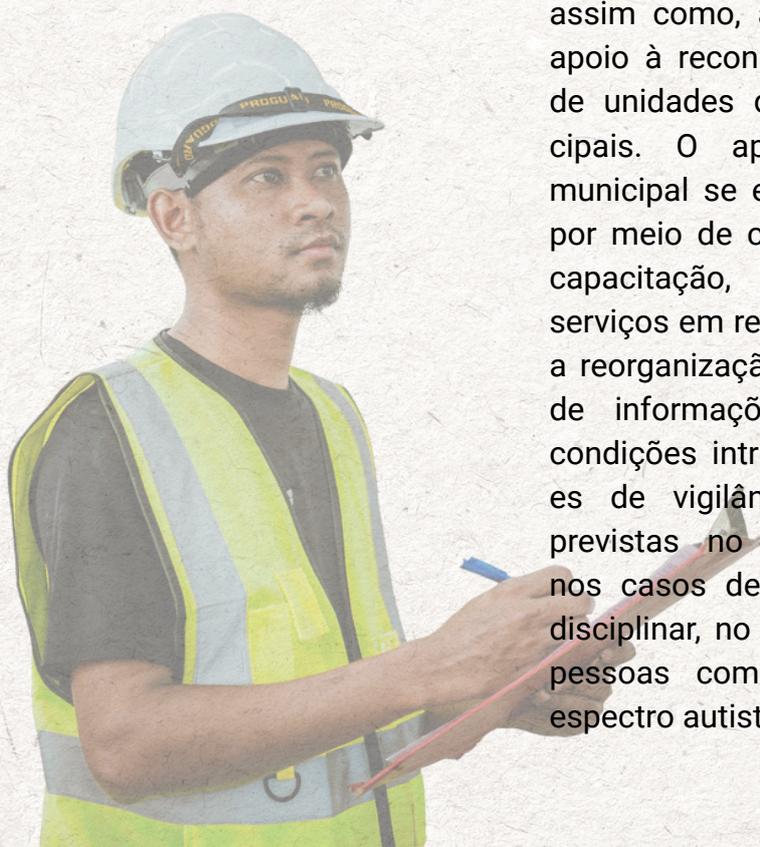


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Pacajá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Pacajá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

